

A dívida vista por um "scholar" (Final)

- 3 ABR 1987

Ext. JORNAL DO BRASIL

RIBAMAR DE CARVALHO

Washington — Embora não o diga categoricamente, Wiarda parece acreditar que está chegando o momento em que será preciso deixar de paliar.

Nesse sentido menciona conclusões semelhantes, decorrentes de várias entrevistas que manteve com pessoas apropriadamente qualificadas. Numa, realizadas no verão de 1985 com autoridades financeiras, banqueiros e líderes governamentais latino-americanos, e com funcionários de embaixadas americanas na América Latina, revelou-se o consenso de que a região tem cerca de três ou quatro anos "para resolver a crise". Noutras, banqueiros internacionais, com quem Wiarda conversou quando procedia a pesquisas para a elaboração do seu trabalho, expressaram a opinião de que corresponde mais ou menos ao mesmo período o prazo de que dispõe os bancos para solucionar sua parte do problema.

"Se até lá não se acharem em ordem as casas financeiras da América Latina e dos bancos, temem eles, ocorrerá uma crise financeira internacional de proporções calamitosas".

Duas estratégias paralelas se tornam necessárias ante o problema da dívida, na opinião de Wiarda. A primeira consiste em lidar com esse problema a curto prazo, ou seja, dentro do período de três ou quatro anos de que se dispõe. A segunda reside em adotar um plano de longo prazo para fazer face à crise que se divisa no horizonte — "quando os países latino-americanos não possam mais pagar e/ou não paguem mais". É preciso, segundo o autor levar em conta sem demora essas estratégias.

As medidas de curto prazo por ele citadas como necessárias são estas: (a) novas prorrogações das escalas de pagamento da dívida; (b) imposição de teto aos juros, ou a respectiva redução, com critério realista; (c) desistência, por parte dos bancos, dos emolumentos bancários; (d) renegociação dos ajustes a que se tenha chegado, nos casos em que os países se deparem com novas dificuldades; (e) abertura à discussão de métodos alternativos de pagamento como, por exemplo, o sugerido pelo Peru (pagamento não superior a dez por

cento das suas receitas de exportação); e (f) esforços a fim de impedir que os sentimentos protecionistas dos EUA fechem as portas aos produtos da América Latina, bem como de reduzir os déficits orçamentários estadunidenses que contribuem para manter altos os juros e para inibir a capacidade de pagamento da região.

Quanto ao plano de longo prazo, a recomendação de Wiarda é no sentido de que a ele se chegue mediante negociações entre os países latino-americanos, o governo dos EUA e os bancos. Parece-lhe provável que as venham a assinalar muita polémica, muito rancor e muita recriminação, tentando cada parte pôr a culpa nas outras, e acredita que se inflamarão as paixões partidárias. Acrescenta, porém, concordarem, os que se têm dedicado ao estudo da questão, em que se chegará finalmente a uma solução geral. Em sua opinião, dado que todos os atores (o governo dos EUA, os bancos e os países latino-americanos) de algum modo participam da responsabilidade pela presente crise e que interessa a todos vê-la superada, "essa solução geral deve ter como ponto de partida o princípio... de que o ônus deve também, de algum modo, ser partilhado por todos eles".

Wiarda exime-se de enunciar uma fórmula precisa.

Enumera, todavia, vários "ingredientes", afirmando que alguns deles, ou talvez todos, "quase com certeza se incluem ou serão incluídos" entre os componentes do plano. Em síntese, a enumeração reflete o seu ponto de vista de que todos devem pagar os seus pecados. Além disso, advoga maior uso das instituições internacionais de crédito, como, por exemplo, o BID e o Banco Mundial. A seguir darei uma amostra dos "ingredientes" por ele enumerados.

Os EUA, diz Wiarda, "devem reconhecer que embora os países latino-americanos não possam pagar a dívida, sua importância estratégica para os Estados Unidos é de tal natureza que não podemos deixá-los entrar pelo cano. No final das

contas, os Estados Unidos terão de ir em socorro deles de algum modo".

Acredita que parte do ônus talvez assuma a forma de inflação. Quanto ao resto, parece-lhe que se terá de preparar o espírito dos contribuintes americanos, mas será preciso considerável engenhosidade para convencê-los a pagar, "disfarçando ao mesmo tempo que é isso o que eles estão fazendo".

Aconselha inter alia que os pagamentos de juros da América Latina aos bancos americanos sejam isentos de tributação nos EUA, à semelhança do que ocorre com os bônus municipais, estimulando-se assim aqueles bancos e ampliarem seus empréstimos a uma "região que está em extrema necessidade de capital novo".

Assinala que os bancos também devem estar preparados para pagar, montando a vinte por cento da dívida a cifra que diz ser amplamente mencionada como a parte do ônus que lhes toca. Uma maneira de absorver as perdas, que segundo o autor já vem sendo usada por alguns deles, consiste em converter os empréstimos em títulos e vendê-los a preço inferior ao valor declarado.

A fim de tornar mais apetecíveis algumas das medidas que sugere, suscita Wiarda a ideia de que se fará necessária alguma "invenção social" nova. A propósito, salienta que se tem sugerido, "apenas em parte por brincadeira", que a dívida seja cancelada como "capital de investimento" perdido.

No caso dos países latino-americanos, que na opinião do autor "também devem pagar", o pagamento (se não for possível financeiramente) deve resolver-se em reformas estruturais internas que se tornam necessárias e em prol de cuja implementação deve haver insistência externa (EUA e FMI) constante junto a aqueles países.

Parece-lhe indispensável, por exemplo, tornar mais ágeis e eficientes, e menos obstrutivos, os quadros burocráticos; introduzir reformas orgânicas e financeiras nas áreas das entidades paraestatais e de economia mista; e libertar o setor privado a fim de que possam florescer

em cada país o dinamismo e a energia de sua sociedade.

Ponto que já destacara em capítulo à parte, e ao qual volta em suas recomendações, é a maior importância que assume a atuação das instituições internacionais de crédito, inclusive ante o comportamento arreado dos bancos comerciais, cujos empréstimos à América Latina praticamente cessaram.

Entende Wiarda que deveriam ser proporcionadas mais contribuições não somente ao Banco Mundial, ao FMI e ao BID, mas também a outras entidades de natureza semelhante, a fim de habilitá-las a prover capital para futuros projetos de desenvolvimento na região.

Ele parece acreditar que tais instituições — por não se acharem subordinadas a nenhum governo, por serem assim menos vulneráveis às pressões políticas internas, e por disporem da pericia e da infra-estrutura necessárias — são especialmente qualificadas para atuar em determinadas circunstâncias.

Nesse sentido realça, por exemplo, que elas podem dar apoio a programas que às vezes não é possível aos países doadores respaldar individualmente, bem como preencher vazios resultantes do decréscimo da ajuda externa e do declínio dos investimentos, e desempenhar papel particularmente útil numa época de ascendente nacionalismo e assertividade dos países latino-americanos como a que estamos vivendo. Ademais, "devem estar preparadas para entrar em cena se realmente ocorrer suspensão definitiva dos pagamentos".

Wiarda não dá mostras de pretensões a infalível.

Não podemos ter certeza, assevera ele cautelosamente no parágrafo final do seu livro, de quais sejam exatamente as medidas que é preciso começar a tomar "para resolver a presente crise da América Latina". Não podemos ter certeza "sequer de que haja uma solução".

Sua análise, todavia, na qual aliás se aponta o crescimento como "a chave" para a recuperação econômica latino-americana, estimula a discutir o assunto de maneira ampla, o que se enquadra em seu propósito expresso no prefácio e talvez seja um passo avançado.